

ÉTICA E SUA CRISE

Marilene Rodrigues de Mello Brunelli
Fac. Filosofia CES—SJ (BH)

Minha presença e participação nesta mesa de debate deve ser entendida dentro do sentido desta semana, homenagear o Pe. Vaz, a quem quero expressar o meu reconhecimento e o mais profundo agradecimento.

Quando retomamos a leitura dos textos do Pe. Vaz, uma questão nos chamou a atenção: a sua preocupação constante com o dilema em que se encontram os "homens da modernidade"¹, incapazes de instaurar uma Ética universal². A Civilização Ocidental, levada à expansão mundial que a configurou como primeira civilização universal, acabou numa crise profunda, identificada como civilização sem "ethos que fosse o princípio vital da sua unidade e do seu sentido"³, portanto, incapaz de formular uma ética que codificasse este ethos⁴. Pode, então, constatar que Pe. Vaz já manifestava esta preocupação quando, no Curso de Ética por ele ministrado no Departamento de Filosofia da UFMG (1982/1984)⁵, afirmava que hoje já não há sistemas éticos com força de persuasão para reunir os homens numa comunidade ética universal e como era difícil fazer os homens passarem de suas comunidades éticas particulares à comunidade ética universal. O problema de todos, dizia ele, Hegel, Marx, Nietzsche, Weil, Habermas, é como falar de comunidade ética na sociedade contemporânea onde o choque das culturas e o grande desenvolvimento dos meios não consegue tempo suficiente para desenvolver os fins para os meios e estabelecer um limiar ético que defina a comunidade ética em seu ethos.

Para compreendermos o desafio colocado por nosso tempo de encontrar um ethos correspondente ao seu desígnio de civiliza-

1. Para melhor compreensão desta expressão, ver H. C. de Lima Vaz, "Religião e Modernidade Filosófica", *Síntese Nova Fase*, 53 (1991):147-165.

2. Ver H. C. de Lima Vaz, "Ética e Comunidade", *Síntese Nova Fase*, 52 (1991):5-11 e "Ética e Civilização", *Síntese Nova Fase*, 49 (1990):5-14.

3. *Idem*, p. 10.

4. *Idem*, p. 8.

5. Entre as fontes utilizadas estão as anotações particulares da exposição oral do Pe. Vaz nos vários cursos ministrados no Departamento de Filosofia da UFMG.

ção universal, afirma Pe. Vaz⁶, é preciso encontrar na cultura ocidental o lugar da emergência do niilismo ético e só conseguiremos alcançar este objetivo promovendo a reconstrução dialética da gênese desta cultura. O pensamento dialético é o único pensamento capaz de recuperar todas as experiências da civilização ocidental, pois só ele é capaz de tirar a inteligibilidade do relativo de dentro do próprio relativo, de fazê-lo revelar a sua razão de ser, de recompor a unidade perdida pelas rupturas aí presentes, enfim, de organizar a realidade de maneira tal que possamos compreendê-la na sua origem, no seu desenvolvimento e no seu fim.

Não é nossa intenção reconstituir aqui a gênese da cultura ocidental, mas é importante lembrar que a questão da unidade da consciência ética universal foi colocada a partir do momento em que a ciência tomou conta do mundo e tornou possível a comparação entre as diversas culturas e chegar à idéia de que existe uma comunidade universal. Desde então, passou a ser interesse de todos a questão de uma consciência moral universal, isto é, passou a ser fundamental para o futuro da humanidade a convivência das civilizações e a existência de certos valores fundamentais. Todo esforço para definir um código básico de direitos humanos que acabou na declaração da ONU de 1948 ou um código básico estendido a todos os campos da atividade humana, por exemplo, o Direito do Trabalho, procura definir uma espécie de consciência moral universal. O que se quer é verificar se existe uma espécie de intuição de valores fundamentais nos homens pelos quais eles se entendem, portanto, se há um sistema ético que permita falar da unidade ética da humanidade. Atualmente vivemos um momento em que, por um lado, as particularidades dos diversos grupos desaparecem em face do impacto nivelador da cultura científico-tecnológica, mas, por outro lado, surgem novas formas de particularidades como, por exemplo, moral de classe, que substituem as particularidades étnicas ou culturais. Por isso, compreender a profundidade da crise da cultura ocidental é um problema fundamental para a nossa civilização.

Para situar a questão do surgimento da crise do ethos no mundo moderno e orientar a nossa compreensão da questão como é colocada pelo Pe. Vaz, vamos desenvolver inicialmente três observações.

1. Identidade social como identidade ética

O problema da especificidade da comunidade ética parte do ethos como realidade histórico-cultural e da reflexão sobre ele

que se desenvolve como justificação ou legitimação da comunidade ética. O problema fundamental da ética é a racionalização do ethos, fenômeno próprio das civilizações que atingiram estágios de desenvolvimento simbólico que permitam tal justificação racional do comportamento, pois a filosofia, como sabemos, não cria conteúdos, é ciência essencialmente reflexiva, apenas diz quais são as condições de possibilidade para se dizer se o comportamento é sensato ou não diante da razão. A identidade social do grupo humano que são as relações que os indivíduos tecem entre si para determinar a sua identidade, exige, a partir do advento social da razão, o seu prolongamento como identidade ética.

Na sociedade tradicional, há uma relação intrínseca entre o grupo social e a comunidade ética entendida no sentido do ethos, pois a unidade do ethos era pressuposta à organização social. Portanto, nela, a identidade ética surgia da existência dos costumes que permitia a relação sem ser questionada, e possibilitou o surgimento de uma ciência (saber reflexo) do ethos dominante como, por exemplo, a ética platônica e a ética aristotélica. No mundo moderno, o sistema de costumes não é mais suficiente para justificar o agir dos indivíduos, a identidade social não pressupõe mais a unidade do ethos como dada, mas como algo a ser alcançado. O indivíduo passa a ter de se inserir nesta comunidade a partir de uma identidade de ele não recebe pronta, mas tem de definir, portanto, através de uma forma reflexa. A comunidade ética passa a ser um fim e a ética passa a ser a ciência que se organiza segundo as condições pelas quais podemos definir a comunidade ética como projeto histórico.

Foi nessa perspectiva que o séc. XVIII começou a tratar do problema ético com Kant e continuou com Hegel e outros autores. Kant, ao definir o Imperativo Categórico, tinha em vista as condições de possibilidade de uma autêntica comunidade ética ideal. Moralidade significa fundamentar criticamente a exigência da história humana, isto é, a convivência racional dos homens. Busca no sujeito as condições que definem a sua liberdade (autonomia), através do que pode entrar em relação com outro sujeito e formar uma comunidade ética. Parte da certeza de que a humanidade evoluirá moralmente e será conduzida ao reino da liberdade. Hegel parte do pressuposto do progresso do Espírito (Cultura-História) como manifestação da sua racionalidade imanente. O ethos é um dado da cultura e este dado é recuperado no seu conceito. Daí o esquema da *Filosofia do Direito*: direito abstrato, moralidade e eticidade (família, sociedade civil e Estado). É um esquema dialético e não histórico no sentido cronológico, embora suponha o exame da história e o fio

racional presente nela. A dimensão dialética significa a ordem dos conceitos implicados no conceito fundamental do Direito como realização da liberdade e a dimensão histórica é a ordem das figuras históricas que num determinado momento personificaram o ethos de uma cultura ou uma época e a realização do Direito. Portanto, as figuras históricas estão implicadas na exposição dialética da ordem dos conceitos. Na ordem dialética, o momento da moralidade que é a dialética da consciência individual, é o momento mediador entre a dialética do indivíduo e do mundo exterior, primeira manifestação da liberdade dialeticamente falando, e a dialética do homem como ser social, momento da eticidade ou momento do confronto em que os homens afirmam e constroem a sua liberdade de um em face do outro, e historicamente esta liberdade de um em face do outro se realiza através destas instituições que são a família, a sociedade civil e o Estado. Hegel, portanto, projeta a comunidade ética como uma exigência histórica e define o Estado como o lugar onde o indivíduo realiza a sua liberdade, onde se integra à comunidade política sem nenhum interesse particular, tendo em vista apenas a comunidade ética.

2. O formalismo moral

O ethos tem dois aspectos fundamentais, a forma que é a sua normatividade (o agir ético procede segundo normas), e o conteúdo que é a imensidade dos costumes. A normatividade diz respeito à liberdade e o conteúdo às situações concretas⁷. A questão aqui é como justificar o conteúdo através da forma adequada. A partir do séc. XVIII surge uma nova forma de razão, que implica uma nova relação entre o homem e o mundo não mais compreendido como aquele que é dotado de um princípio imanente, não sendo mais possível definir ou impor uma ordem objetiva como única para todos os homens. A tarefa, então, passou a ser buscar uma ordem que surgisse do sujeito, ou seja, o homem não encontrando uma ordem objetiva, pois ela se apresenta como um caos, deve ser o criador da ordem ou o mundo deve ser organizado pelo homem. Kant vai realizar a “revolução copernicana” também no domínio da moral. A inspiração profunda de Kant é que a ética é uma ética da autonomia do sujeito, isto é, o indivíduo se põe a própria lei (autodeterminação do sujeito segundo leis universais). Todo motivo para a ação moral que for buscado fora do sujeito não é capaz de especificar sua ação moral. Portanto, tudo que é verdadeiramente ético procede da liberdade do indivíduo sem que ele seja

7. H. C. de Lima Vaz, *Escritos de Filosofia II. Ética e Cultura*, São Paulo, Loyola 1988, pp. 70-72.

condicionado por nada exterior a ele. É o primado do indivíduo como ponto de partida da norma ética. O ethos surge como transcendente à história, ou seja, o homem é um ser ético antes de ser um ser histórico. Dessa forma, Kant, ao expressar a emergência do sujeito moral como instância última que não pode ser posta em questão, estabelece a separação da forma (aprioridade do sujeito) e do conteúdo (objetividade do conteúdo) e, a partir de então, o problema da universalidade da forma apresenta duas soluções: a) as éticas que procuram colocar a forma como um a priori prático, a solução formalista, para a qual no domínio da ética não cabe determinar o conteúdo. Temos como exemplo a posição do próprio Kant que exerceu uma influência muito grande sobre a reflexão ética posterior; b) as éticas que se colocam do ponto de vista do conteúdo, entre elas a solução hegeliana, para a qual o fundamento objetivo da moral são as condições históricas que permitem ao indivíduo agir como ser moral. O indivíduo não inventa a moral, ele a encontra no grupo em que nasce. Portanto, a possibilidade do consenso ético já está contida na realidade histórica do ethos. Para Hegel, o ponto de partida da reflexão ética é a historicidade do ethos. A numenalidade do homem está em interação dialética com a história do homem. Agir como ser moral consiste em viver em uma sociedade regida por leis e esta deve ser buscada na sociedade política porque a história caminha para impor aos homens, através da necessidade de se organizarem em sociedade política, a definição de determinados fins, valores e normas válidos para todos, portanto, objetivos. Só a sociedade política garante a objetividade da moral e, nesse sentido, moral e política são inseparáveis. A política é a condição para o exercício da moral e esta é significativa àquela⁸. As diversas características presentes na sociedade política é que permitem fundamentar uma moral válida para os indivíduos desta sociedade e tornam possível à sociedade exigir dos indivíduos certo comportamento que possa ser definido como comportamento moral. Hegel volta, de alguma maneira, à inspiração de Platão e Aristóteles, para os quais o problema ético não pode ser resolvido como problema do indivíduo, mas como problema da comunidade e a forma mais alta conhecida é a sociedade política.

8. Ver Marcelo Perine, "Ética e Política. Irredutibilidade e Interação de Relações Assimétricas", *Síntese Nova Fase*, 48 (1990):35-46.

3. O reconhecimento intersubjetivo

A primazia dada ao indivíduo sobre a comunidade na definição da moralidade, sobretudo a partir de Kant, coloca como um dos problemas centrais da ética o problema da consciência moral. A

consciência moral representa a emergência do indivíduo sobre o ethos social ou grupal. Na Antigüidade o termo consciência sempre teve o sentido moral, não existia consciência a não ser como consciência moral e significava o juízo que os indivíduos faziam sobre os seus próprios atos. Nas culturas primitivas e nos primeiros estágios da civilização não havia a possibilidade de se distinguir a consciência do indivíduo da consciência social. O indivíduo se amoldava totalmente às normas do grupo e não podia invocar a sua própria consciência para se justificar caso se comportasse diferente do que era admitido pelo grupo. Na Idade Moderna, a partir de Descartes, o termo consciência adquiriu novas significações (psicológica, social e etc.) e todas elas repercutiram na noção de consciência moral, mas, independente disto, a questão que se coloca é se existe uma consciência moral universal da humanidade. O indivíduo ao obedecer a consciência moral que se exprime em normas e atitudes que se referem ao consenso dos homens, pois não existe nenhum grupo humano que não tenha consciência ética, consciência de determinados valores fundamentais para o grupo, suprime a sua particularidade individual contingente e se torna capaz de entender-se com os outros indivíduos em torno daqueles princípios que tornam possível a convivência racional e justa. A superação da particularidade do indivíduo se dá, portanto, no nível da intersubjetividade ou a universalidade concreta da consciência moral se dá no nível do reconhecimento. Se, por um lado o indivíduo age através da consciência moral que indica para ele o verdadeiro caminho no domínio da ação, por outro lado, ele sabe que não está sozinho, que existem outros indivíduos e, por isso mesmo, enquanto consciência moral é o indivíduo aberto ao consenso. A comunidade que é definida a partir do ethos (sistema dos costumes) e da ciência do ethos (sistema do saber), supõe que os indivíduos possam agir de acordo com um sistema de valores aceitáveis pela sociedade. A relação intersubjetiva que é uma exigência ética fundamental, só se articula no seio de um universo onde estão em jogo os valores. Isto significa que a realização ética concreta só vai ser atingida no relacionamento com o outro, no reconhecimento, e este reconhecimento se dá em torno de valores universais, no consenso que é a forma ética fundamental do reconhecimento. Portanto, podemos dizer que a consciência moral subjetiva alcança o seu estatuto concreto através do reconhecimento e do consenso, isto é, quando se constitui como consciência moral intersubjetiva. A identidade ética do sujeito se constitui no reconhecimento da identidade ética do outro ou o agir pessoal só se efetiva na comunidade de sujeitos éticos, portanto, é um agir comunitário.

9. Ver H. C. de Lima Vaz, "Senhor e Escravo: uma Parábola da Filosofia Ocidental", *Síntese Nova Fase*, 21 (1981):7-29.

10. *Síntese Nova Fase*, 49 (1990):11-12 e *Síntese Nova Fase*, 52 (1991):6.

A relação de reconhecimento (conhecimento em relação recíproca) passa a ser um tema dominante a partir da *Fenomenologia do Espírito*, onde Hegel mostra a gênese institucional do reconhecimento (luta pelo reconhecimento), a passagem da relação não-recíproca (sujeito-objeto) para relação recíproca (sujeito-sujeito)⁹, mas este problema da reciprocidade acompanha toda a história da filosofia e oscila entre as formas extremas da "coisificação" (não-reciprocidade) e do consenso ético ou reciprocidade em torno de valores. A dimensão intersubjetiva do agir moral, colocada de lado pelo individualismo moral, torna-se assim um dos problemas centrais das sociedades atuais, e é por isso que o Pe. Vaz¹⁰ afirma que a impossibilidade encontrada por esta civilização de criar um ethos decorre das distorções sofridas pela estrutura da práxis que, ao se efetivar como práxis do homem moderno, postula sua autonomia absoluta e se coloca como princípio e fundamento de normas, valores e fins. Não existe um sujeito ético isolado, mas um "nós" ético. Enquanto agimos formamos uma comunidade ética e o essencial para que haja uma comunidade ética é que as relações éticas intersubjetivas tenham um caráter público. A comunidade ética só se define quando o reconhecimento, o consenso e a consciência moral intersubjetiva convergem numa estrutura pública, momento em que os participantes da comunidade se reconhecem como participantes de obrigações da comunidade como tal. Os fins são assumidos pelos indivíduos porque são fins que pertencem à comunidade como tal. Na sociedade moderna, isto se torna problemático porque, de um lado, o indivíduo é o valor central e, de outro, ele é envolvido por uma rede enorme de relações sociais. Por isso mesmo, ao contrário do que afirmava Aristóteles: o bem se faz todo ou não é bem, portanto, a vida humana é totalmente ética ou não é ética. Na sociedade moderna o problema da consciência moral intersubjetiva desdobra-se por causa da complexidade institucional da sociedade dos interesses como, por exemplo, os interesses da consciência profissional, e o problema da responsabilidade moral pessoal tende a desaparecer em vista dos interesses sociais. Neste caso, o indivíduo deixa de ser sujeito de atos cuja raiz deve ser buscada nele e passa a ser sujeito de forças que agem fora dele e, por isso mesmo, não é mais responsável e desaparece o problema moral. Um dos grandes problemas da sociedade atual é encontrar valores universais, determinando o surgimento de uma ética relativa e uma cisão cada vez mais acentuada entre a comunidade e a moral que se torna cada vez mais individualista e subjetivista e sem espaço para valores e fins objetivos. Quanto mais complexa é a sociedade, mais precário se torna o consenso ético em torno de proposições normativas.

Cabe agora responder à pergunta: é viável o projeto de uma comunidade ética universal? O caminho de uma possível resposta encontrado pelo Pe. Vaz parte da análise da concepção cosmogônica da objetividade ontológica da moral concebida segundo a homologia entre a razão e a ordem do universo: só existe uma única razão universal na natureza e nas regras que determinam a ação do homem, o que "permitiu às comunidades humanas ao longo da história constituir-se como comunidade ética"¹¹. Segundo sua análise, quando houve a passagem da concepção cosmogônica para a concepção autonômica segundo a qual a homologia estabelecida era entre a razão e a legislação (lei da própria razão), se deu também a substituição da estrutura conceptual ternária: princípio, ordem e fim, que permitia ao indivíduo se elevar ao nível da comunidade ética e referir-se a um princípio de ordem que a legitimasse¹², pela estrutura conceptual binária: indivíduo e sociedade, acarretando como consequência "a absolutização da práxis social e política como princípio gerador de valor" e "a universalização da práxis como único princípio que, tendo gerado os valores, os pode legitimar"¹³.

11. *Idem*, p. 8.

12. H. C. de Lima Vaz, *Escritos de Filosofia II, op. cit.*, p. 63.

13. *Síntese Nova Fase*, 52 (1991):9.

As consequências do individualismo para a sociedade contemporânea são por demais conhecidas. No que diz respeito à realidade brasileira basta olhar em volta para constatar que o ideal de muitos é obter o máximo possível de vantagens pessoais, sem nenhum senso comunitário. Portanto, não há como definir as condições e as estruturas de uma comunidade ética universal, não há como legitimar as teorias sobre o agir ético numa civilização regida pelos pressupostos da hegemonia da práxis, pela primazia do indivíduo sobre o social.

Da mesma forma, nas sociedades contemporâneas, sobretudo em função da marginalidade social nos vários níveis, fundamentar filosófica e racionalmente a ética como ciência do comportamento que se rege por valores e fins, torna-se muito difícil quando o fundamento do agir é buscado na comunidade política. A análise das comunidades políticas autoritárias, caracterizadas pela desmoralização total da vida pública e o consequente declínio do comportamento moral sobre todos os aspectos e a análise das comunidades políticas totalitárias, onde os indivíduos são objetos e não participantes do poder, portanto, sem nenhuma referência moral, são uma comprovação disto. E o que dizer do Brasil, onde ainda hoje predomina a irresponsabilidade no exercício da função pública. Fernando Henrique Cardoso (Folha de São Paulo — 01/08/91) assim se expressou a esse respeito: "Sem uma atitude firme de recuperação das virtudes republicanas e com tanto crime e castigo, nem os *Gersons*

sobreviverão. Os espertos são tantos e a aceitação pacífica da transgressão tamanha que não sobrarão mais espaço para a dignidade política”.

Para Pe. Vaz a solução desta crise está em reencontrar o princípio do reconhecimento e da estruturação de uma comunidade ética, restabelecendo a matriz ternária. Onde encontrar o princípio que não é hoje mais visível em analogia com a ordem da natureza? Ele se tornará visível “na face do outro” e “sua transcendência se manifestará como a do Outro absoluto: irredutível, portanto, à imanência do sujeito e, no entanto, infinitamente próximo em toda a forma de reconhecimento na reciprocidade oblativa do amor”¹⁴.

14. Idem, p. 11.

Endereço da autora:
R. Carlos Gomes, 225
30550 — Belo Horizonte — MG